



Atena
Editora
Ano 2021

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilyly Souza do Vale
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilyly Souza do Vale
(Organizadores)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Isadora Bonfim Nuto
Organizadores: Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilly Souza do Vale

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P963 Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos / Organizadores Lázaro Castro Silva Nascimento, Kamilly Souza do Vale. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-637-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.376212710>

1. Gestalt-terapia. I. Nascimento, Lázaro Castro Silva (Organizador). II. Vale, Kamilly Souza do (Organizadora). III. Título.

CDD 618.9289143

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Com amor,
à Helena Vale (*in memoriam*)

PREFÁCIO

Ater-me à linguagem de uma obra, naquilo que posso apresentá-la ou presentá-la, implica, antes de qualquer exposição minha, na humilde assunção da linguagem como senhora última de nossa construção e abertura ao mundo. Assim, olhar e dizer estão carregados de uma implicação hermenêutica, à medida que como seres humanos somos linguagem e mundo em interatividade transformadora. O desafio hermenêutico se constitui na produção de exatidão de sentidos: aqueles que repousam sobre a produção – intencionando quem lê; sobre os autores – intencionando seus objetos e, para muito além, o sentido transcendente imposto pela fusão da obra e leitor na necessidade de ida à escrita, aos objetos dos autores e aos próprios objetos, produzindo então novos sentidos e novas construções.

Assim, a medida exata do entendimento de quem apresenta e introduz não faz jus à qualificação que será produzida no encontro com o leitor. Sugiro que cada leitor se deixe visitar pelos vários capítulos, ingenuamente, para posteriormente consultar as possibilidades de ser a partir daí mesmo, acenando a si com novos horizontes e possibilidades. Uma das características epistemológicas da Gestalt-terapia é sua condição moldável, sua plasticidade ou flexibilidade como queiram alguns e outros que, devido a isso até mesmo chegam a considerá-la sem epistemologia. Se a episteme seria uma dimensão que aprisiona e polariza, então a Gestalt-terapia é a-epistêmica sim, e eu ousaria dizer, anti-epistêmica, por aceitar sempre a introdução de novos e diversos pensamentos, ainda que mantenha sua identidade.

Mas a tecitura dos capítulos poderá falar por si, e eu por eles em mim, ao passo que cada “apresentação” poderá, dar-se como o presente mesmo, como um prenúncio do ganho – aqueles que por vislumbre identificamos ser saciedade, o encontro do adejo no emaranho, a descoberta da preciosidade ainda mesmo sem se saber da permanência da busca; e assim dando a todo inaugural da linguagem, a certeza do instante. Dizer é fixar sentidos. Mas a palavra bem dita os torna brevemente fixos, apenas para em alguns instantes calar fundo e fazer calar para, em seguida, erigir e destruir mundos. Assim os temas se seguem e nos seguem. Vejamos.

Podemos, podemos sempre como psicoterapeutas, estudiosos, cientistas que somos, supor que a violência entre os casais (seria toda forma de violência?) está alicerçada em padrões sociais mais amplos. Mas, aqueles que testam essa hipótese e a verificam em um trabalho profícuo, esses são os gestalt-terapeutas que em grupo, no grupo e para o grupo elegem a ação efetiva de uma Gestalt-terapia que, ainda que posa estar se perdendo de sua origem grupal, guarda-se na intersubjetividade como princípio epistemológico irreversível. Assim é que *Kamilyly Souza do Vale*, no *primeiro capítulo* expõe

um de seus trabalhos com casais em situação de violência conjugal, passando brevemente pelo histórico da psicoterapia de grupo, pela história e alguns princípios da psicoterapia de grupos gestáltica, os elementos constitutivos da psicoterapia de curta duração com grupos da Gestalt-terapia, desembocando naquilo que coroa o trabalho efetivo de um gestalt-terapeuta: desfazer as possíveis formas naturalizantes de definir e vivenciar os modos de violência, nesse caso, entre o casal. É em grupo que os casais podem se ouvir, no sentido de uma escuta que é de alguém, para alguém, por algum motivo, de algum modo e, para ser refletida sobre o modo de atuar na vida com o objetivo de reconhecimento e superação.

Curiosamente, casos clínicos não são frequentemente publicados em Gestalt-terapia. A despeito da consideração dos motivos, posso afirmar que há algo de ousado em mostrá-los, comparável ao supervisionando que apresenta seu caso em um grupo novo, temeroso dos olhares, da austeridade dos colegas e da profundidade da análise do supervisor. Mas no *segundo capítulo*, *Lázaro Castro Silva Nascimento* eleva seus supervisores e colegas à potência da infinitude, quando publica o caso de Franklin. Aos poucos pode-se perceber que sua ousadia de publicação é a mesma que o fez atender Franklin, sendo o leitor lentamente agraciado com o cuidado amoroso na condução e relato do caso, ao passo que revela suas intervenções sem, contudo, restringir-se à psicopatologia ou à técnica como elementos definitivos do processo. É a *relação*, associada a um olhar tecnicamente competente, mas antes e sempre a relação a produtora de mudanças significativas. E por falar em técnica, podemos finalmente perguntar qual o papel da técnica em Gestalt-terapia? Podendo ser compreendida como uma extensão do humano ou como o aprisionamento do ser, a técnica parece desfrutar de uma condição ambígua, de mocinha e vilã, quando referente às abordagens humanistas, em função de sua herança cientificista e também do comprovado auxílio que parece promover na atuação psicoterápica. No citado caso exposto por Lázaro, o autor apresenta o “mapa de uma palavra como experimento-produção gestalt-terapêutico”, dando-lhe ao mesmo tempo uma condição técnica e experimental. É exatamente o caráter experimental (não-determinístico, intuitivo, compartilhado, entre outros aspectos) que dá ao procedimento sua condição de libertação dos ranços da técnica. Desejo que próprio leitor faça sua apreciação dessa condição.

E dentre as condições a que estamos lançados, a violência, essa dos primórdios em que o homem se registra como homem, aparece como instituinte e reguladora do poder entre pessoas, grupos e nações, e nos impõe a pergunta se teremos mesmo elucidado suas facetas, suas minúcias e, principalmente sua origem, de forma que possamos nos perguntar como contribuir para mitigá-la. É nessa direção, de contribuição para uma perspectiva distinta e, por isso mesmo, necessária que *Leda Mendes Gimbo*, no *capítulo 3* faz sua exposição, caracterizando a violência como um hábito, mas não apenas aquele que se instaura na vivência individual e sim aquele instituído por macropolíticas, como forma de dominação de sociedades e grupos inteiros. Delineando a teoria do *self* em sua condição

necessariamente fenomenológica, a autora expõe minuciosamente essa pertinência e demonstra o modo de um fenômeno social se configurar como hábito, aparecendo por fim na teoria do *self* em sua dimensão individual. Afim com essa perspectiva, o *self* é reafirmado como um sistema de contatos e não como instância, a violência é situada na dinâmica entre as funções id, ego e personalidade, mas também vinculada a hábitos introjetados e repetidos historicamente, a serviço de fracasso ou sucesso social. Surgindo dessa forma, parece impossível mitigá-la, dados os caracteres antropológico e histórico a que a violência é tributária mas, afim com o *ethos* gestáltico, a autora evoca a insubmissão e a recusa *como possibilidades libertárias e criativas* dentro de uma condição clínica, afim com princípios éticos gestálticos e propensos a não se confirmar um fazer psicológico conivente e reforçador de injustiças.

O capítulo 4, de Alberto Heller, traz-me um pensamento que há muito me acompanha e que ainda não sei exatamente como implementá-lo: está na hora de musicar a vida, a partir dos infinitos silêncios que a inauguram. Exatamente essa ideia de uma escuta do inaudível está exposta em todo o seu texto, afirmando a necessidade de interposição de sentidos ou resgate das sensações intermodais (tatear com os olhos, ouvir com o corpo, ver com os ouvidos) de se entender o ouvir para além da escuta do senso comum e do sentido comum das psicoterapias. Está instituído um modo de escutar em psicoterapia que fixa a atenção no bem-dizer, nas regras gramaticais da língua, nos modos permitidos de expressão, na semântica necessária, na lógica causal e no ritmo vigente, de forma que a dança necessária entre sons e silêncios, entre o silenciamento do psicoterapeuta e sua escuta qualificada (inclusive para o não saber o que ouvir) estão tolhidos e abolidos do processo psicoterápico. Alberto, realiza uma série de exames dos termos ouvir, escutar e auscultar, vinculando seu sentido ao estar aberto, à obediência corporal necessária para que o psicoterapeuta deixe de prioritariamente escutar a si mesmo para escutar o outro. É dessa maneira que incorpora o “estranho” ao processo psicoterápico, analogamente à música que está com as janelas abertas para ruídos e sons imprevisíveis, dando a eles abrigo como se abriga um viajante (*êthos*) e assim possibilitar a escuta do não-eu; afirmando então esse radical não-eu que se abre para onde o outro quer levar o terapeuta e não para onde esse técnico o quer conduzir. Ainda resta em aberto a clarificação daquilo a que a escuta terapêutica se refere, em que Alberto contribui com a necessidade de se fazer parte da *dança, do quadro, da música, da cena*.

Há ainda muito o que ser ouvido, e muito mais ainda a ser selecionado para ser ouvido. Afim com essa constatação *Isaura Caroline Abrantes Silva e Welison de Lima Sousa* dirigem seus ouvidos para o inaudível, o invisível, o indizível. Imagino uma situação corriqueira, ao final do dia, em que uma pessoa pergunta a outra onde ela vai, com a resposta também costumeira de um “para casa”. Como seria não ter a casa para ir? Como seria não poder morar em nenhum lugar? Apenas por imaginação poderíamos sequer nos

aproximar da vida de pessoas em situação de rua. No *capítulo 5* os autores fazem um exame da condição das pessoas em situação de rua estabelecendo relação com a clínica gestáltica, enfatizando o entendimento da rua não apenas como o lugar da falta – evidente na ausência de moradia, de alimentação, de poder econômico, de políticas públicas – e que revela a exclusão econômica e política, mas também o lugar da presença e das potências: lugar de relações sociais onde se produz junto/com. E é nessa condição que apresentam a Redução de Danos como ferramenta política para pensar a clínica do sofrimento e o fazer do Acompanhante Terapêutico para o resgate de uma dimensão ética pouco abordada em Gestalt-terapia. O propósito é a provocação de um desajustamento criador: o construir de novidades que, com o suporte do campo, dê a psicoterapeuta e paciente a presença no invisível, o deserto das representações também chamado de vazio fértil. A Gestalt-terapia precisa repensar seu fazer? Sim, na medida em que possa estar a serviço dos imperativos e pedidos neoliberais de produtividade. A clínica então, deve servir ao não servir. Haverá nesse contexto, maior serventia que essa?

A resposta sobre a serventia de uma clínica fundada no vazio fértil traz à tona outras buscas, outras possibilidades de fazer da Gestalt-terapia. É mais uma vez o contato com a emergência e dessa vez da solidão do ato terapêutico que a discussão sobre a formação, eu me digo melhor, sobre a contínua e nunca acabada transformação do gestalt-terapeuta em ser si mesmo que a *intervisão* irrompe como ato, como possibilidade e com diferenças notórias em relação aos outros campos de construção e reconstrução do gestalt-terapeuta. No *capítulo 6*, *Natascha Bravo de Conto e Dafne Thaíssa Mineguel Assis* examinam a *intervisão* e a diferenciam do processo de psicoterapia e da supervisão, apontando as singularidades que, fundamentadas em uma relação dialógica, fazem surgir o ser dos psicoterapeutas com suas características, ritmos, movimentos, singularidades e estilos próprios. É a partir de uma relação não hierarquizada, sustentada no diálogo e na troca genuína que a *intervisão* se torna esse espaço complementar da psicoterapia e da supervisão onde emergem as potências e as nuances construtoras da história e trajetória dos profissionais envolvidos. Dessa forma, a metáfora pertinente é de artistas que compartilham um trapézio e precisam equilibrar-se juntos e confiar na presença do outro para as manobras, ao mesmo tempo dotadas de destreza, mas também de saltos onde se acredita estar o outro ali, bem à mão e literalmente à mão, para ser o suporte condutor ao término do movimento. Dessa maneira beleza e risco se confirmam como necessários, mas também se sustentam na possibilidade de ser enquanto simples simetria.

E de quantas experiências precisaremos para sermos o efetivamente denominado de psicoterapeuta? Se olharmos para as pedras que compõem uma ponte, perguntaremos quem faz a suficiente sustentação: arco ou pedras? A resposta parece estar na superação da dicotomia, lugar onde pedras e arco “desaparecem” para aparecer a ponte. Assim, a partir de um caso (mais uma pedra?) é que *Lílian Vanessa Nicácio Gusmão*, no *capítulo 7*,

apresenta o acolhimento, a construção de desejos, a interlocução solidária, os sentimentos, valores e pensamentos compartilhados, apenas para recuperar uma pessoa (ou seria o próprio arco?). Uma pessoa que precisou vencer a dicotomia de ser adulto ou ser criança exatamente por, durante um longo tempo de sua vida, ter feito introjeções disfuncionais reveladas numa gastrite, na banalização da vulnerabilidade para evitação dos conflitos. Curiosamente, é no resgate e possibilidade de enfrentamento dos conflitos que o paciente de Lílian pode se expressar, e passar pela efetiva experiência de inclusão no colo da psicoterapeuta, lugar de cuidado e de segurança, onde pode também experienciar-se de forma plena. Experiências traumáticas são revisitadas por Lílian e seu paciente, atualizadas na dimensão do aqui e agora, conferindo a possibilidade do apoderamento de si mesmo. Sim, o leitor verá como o arco e as pedras desapareceram; vislumbrará apenas a ponte, quer seja figura a terapeuta, o cliente ou, ainda quem sabe, tudo isso junto.

E dessa noção de fixidez instalada em nossa necessidade de estabilização do mundo, perdemos a dimensão da unicidade quando somos obrigados a nos “desterritorializar”. A maioria de nós não sabe o que efetivamente é ser um estrangeiro, experienciar a perda de cidadania e de direitos em seu país de origem e novamente ser submetido a essa experiência no país onde se pediu abrigo. Com uma contribuição de combate a essas vivências, *Elis Moura Marques* no *capítulo 8* aborda a experiência de pessoas migrante e refugiadas venezuelanas no Brasil. Entender as dificuldades e sofrimentos, aquelas inerentes a toda e qualquer pessoa em estado de crise, é uma tarefa inerente ao gestalt-terapeuta; e é ainda mais sua tarefa compreender as especificidades sofridas em cada situação particular de sofrimento, com o objetivo de tornar, por um lado, mais apropriada a ação de cuidado, por outro, mais artístico nosso trabalho, no sentido de fazermos uma adaptação do conhecimento geral e sistemático à unicidade e singularidade daquele que se nos apresenta. Através do relato de três situações clínicas, Elis nos coloca em contato próximo à experiência de sofrimento dos venezuelanos refugiados no Brasil. Importante ressaltar o modo como aproxima a necessidade de uso do conhecimento gestáltico no trabalho com essas pessoas, através inicialmente do resgate histórico de desterritorialização experienciada por Perls e Laura, através da apropriação do fazer gestáltico como de um cuidador dos vínculos e das relações antropológicas. É assim o estabelecimento de auxílio para a restituição da autonomia perdida pela xenofobia, caráter agravador de sofrimentos anteriores e inerentes a todo e qualquer ser humano, mas que nos preconceitos impostos é potencializado e faz subsumir aspectos saudáveis desse outro em generalizações desqualificantes.

Entendo ser necessário aprender para estar com o diferente, o novo e o inusitado e, nessa perspectiva, a aprendizagem, objeto de estudo de tantas facetas, tem uma leitura particularmente gestáltica no *capítulo 9*, quando *Ana Karina El Messane* examina os impedimentos de caráter afetivo presentes no processo de aprendizagem. A confluência,

um dos modos de impedimento do contato, é considerada naquilo que gera dificuldade no aprendiz em ser o autor de seu próprio pensamento. Articulando as formas de evitação do contato com a Epistemologia Convergente, com a Gestalpedagogia como forma de Epistemologia Integrativa, Ana Karina apresenta um caso onde demonstra a forma como o conhecimento é fruto da relação, da experiência vivida onde sujeito, objeto, eu, outro e mundo caminham lado a lado, mas para além disso, transcendem as dicotomias entre partes-todo, exatamente por ser dotado de interconexões da ação humana com o ambiente, os processos sócio-históricos e a cultura. Nota-se o modo como os pais de seu paciente puderam compreender seu lugar e seu papel de confirmadores do filho, dedicando-se à nutrição emocional, imprescindível para revelar o escutar, o ver, o pensar, o refletir como processos fundamentais da aquisição de autonomia para a criança ser construtora não apenas do conhecimento próprio, mas de sua própria vida. A dimensão emocional torna-se assim o objetivo fundamental da aprendizagem como forma de integrar corpo e emoções com o processo cognitivo. Mais uma vez, em uma dimensão educacional, poderá o leitor perceber que a integração se torna o princípio e fim do processo de criação, sustentação e crescimento humanos.

Se a integração aqui e ali se apresenta como um elo necessário de toda ação em psicoterapia, particularmente o fluxo, esse deixar-se conduzir junto com, sem jamais ser meramente passivo, essa arte do encontro consigo e com a própria vida que sempre se revela no outro, adquire novas roupagens quando a criatividade é sentida sob a pena de *Wanne de Oliveira Belmino*, no capítulo 10. Acredito ser o capítulo que ilustra de maneira integrada a necessidade que se articulem fluxo e criação, onde o ser cíclico do feminino é necessariamente considerado. Wanne, de maneira artística e reflexiva, olha para seu próprio fluir, seu modo cíclico de estar no mundo e em si mesma. O feminino que há em todos nós – negado sob a visão machista – precisa ser reconsiderado a partir daquelas detentoras de maior pertinência nesse dizer: as próprias mulheres. E como mulher Wanne reflete sobre um aspecto às mulheres concedido, o de substituição do masculino, mas sendo ele mesmo impeditivo da aparição de suas singularidades, ao passo que faz emanar a rigidez típica do masculino. Como consequência, o adoecimento, a discriminação salarial, as pressões sociais, a precarização do trabalho e o acúmulo de tarefas eclodem em uma dimensão ambígua: se por um lado confirmam o “avanço” feminino em suas conquistas, por outro a solapam peculiaridade desse feminino e negam o reconhecimento da dimensão cíclica de suas energias físicas e psíquicas. É urgente reestabelecer um fluxo saudável, resgatando assim as múltiplas partes do feminino que dialoga sabiamente com a noção de crescimento em Gestalt-terapia, tendo exemplarmente no período menstrual uma importante metáfora da autorregulação orgânica. Ficar no vazio, permitir-se o contato, o emergir de algo, ainda que embrionário, fluir com o emergente e transfigurá-lo em expressões significativas, respeitando a própria criação e em direção a algo integrador e

complementar: eis o processo criativo em sua ciclicidade. O nada se apresenta como prehe de possibilidades e estas anunciam e completam o ser.

Essa obra então se configura por esses dez capítulos, dez convites, dez diálogos em integração. As experiências de seus autores (ex-peri-ência: sair de seu próprio ser) adquirem maior sentido quando revelados na forma de escritas, na maioria delas dizendo “olha o que eu vivi” e imediatamente se transformando em vivência do leitor, se atualizando na possibilidade de novos vividos. A experiência sugere a repetição, a vivência inaugura a singularidade e o novo. Assim, leitor e autores se integram na permissão dada de experiência e vivência. Enquanto linguagem, nos expressamos nas palavras, no corpo e na transcendência dessas dimensões a que preferimos sempre chamar de “ser”.

Silverio Karwowski

setembro de 2021.

Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Campinas, Gestalt-terapeuta pelo Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, Psicólogo e Licenciado em Psicologia pela UFU, autor do livro Gestalt-terapia e Fenomenologia, Diretor do IGC – Instituto Gestalt do Ceará e professor universitário.

APRESENTAÇÃO

Movidos pelo desejo de dar continuidade ao objetivo de fomentar espaços de interlocuções entre profissionais de diferentes regiões do Brasil e que tem a abordagem gestáltica como suporte teórico, apresentamos o livro *Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos*. A proposta desta obra contempla a díade teoria-prática através dos escritos que são frutos de reflexões e experiências vivenciadas pelas autoras e pelos autores. Cada um com sua bagagem profissional e visão de mundo configurando um espaço de troca, construção de conhecimento e compartilhamento de experiências.

Os temas presentes neste livro nos convidam a olhar para uma clínica engajada politicamente, que prima pela ética do cuidado, e que ultrapassa os muros de uma clínica tradicional e solipsista. É uma clínica gestáltica que ultrapassa fronteiras, que tem música, sons, que reverbera e que mobiliza o campo para abrir espaços para a novidade. É uma clínica do contato com o novo e do contato com o diferente!

Lázaro Castro Silva Nascimento

Kamilly Souza do Vale

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
INTERLOCUÇÕES GESTÁLTICAS ENTRE A PSICOTERAPIA DE GRUPO E A INTERVENÇÃO COM CASAIS	
Kamilly Souza do Vale	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127101	
CAPÍTULO 2	13
UM JEITO DE FAZER GESTALT-TERAPIA: O CASO FRANKLIN E O MAPA DE UMA PALAVRA	
Lázaro Castro Silva Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127102	
CAPÍTULO 3	31
A VIOLÊNCIA COMO HÁBITO: LEITURA DE UM FENÔMENO SOCIAL A PARTIR DA TEORIA DO SELF	
Leda Mendes Gimbo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127103	
CAPÍTULO 4	41
ESCUITA MUSICAL, ESCUTA CLÍNICA: PASSAGENS	
Alberto Heller	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127104	
CAPÍTULO 5	53
VIDAS NAS RUAS: VULNERABILIDADES E POTÊNCIAS EM UMA ABORDAGEM GESTÁLTICA	
Isaura Caroline Abrantes Silva	
Welison de Lima Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127105	
CAPÍTULO 6	67
EXPERIÊNCIA DE INTERVISÃO: POSSIBILIDADE DE CRESCIMENTO DA/DO TERAPEUTA A PARTIR DA POTÊNCIA DA RELAÇÃO	
Natascha Bravo de Conto	
Dafne Thaíssa Mineguel Assis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127106	

CAPÍTULO 7	80
AJUSTAMENTOS CRIADORES DIANTE DA DICOTOMIA CRIANÇA INTERIOR E ADULTO: A RECONSTRUÇÃO DA VULNERABILIDADE IDENTITÁRIA DIANTE DO TRAUMA	
Lílian Vanessa Nicácio Gusmão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127107	
CAPÍTULO 8	93
UM OLHAR GESTÁLTICO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS MIGRANTES E REFUGIADAS VENEZUELANAS NO BRASIL	
Elis Moura Marques	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127108	
CAPÍTULO 9	105
A CONFLUÊNCIA E O OBSTÁCULO DE CARÁTER AFETIVO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Ana Karina El Messane	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3762127109	
CAPÍTULO 10	116
SOMOS CÍCLICAS: CRIATIVIDADE, FEMININO E GESTALT-TERAPIA	
Wanne de Oliveira Belmino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.37621271010	
SOBRE OS ORGANIZADORES	129

Alberto Heller¹

Tenho duas profissões: músico (pianista, compositor) e Gestalt-terapeuta. Já me perguntaram se, vinculado a esses dois campos (música e terapia), não teria sido o caso de eu me tornar musicoterapeuta; mas não: amo a música e a terapia, e não me vejo tentado a uni-las em uma única atividade nem a atuar no campo da musicoterapia (embora tenha enorme apreço e admiração por essa riquíssima área). São coisas diferentes, e me realizo de diversas formas nesses dois universos, que se interligam de tantas maneiras – ao mesmo tempo que preservam diferenças fundamentais.

Sinto que os longos anos de treinamento musical me ajudaram em relação a algumas particularidades do campo terapêutico, especialmente quanto à escuta de nuances sonoras, como aquelas que se produzem na fala do consulente (ou paciente, como preferir): timbre (a sonoridade, a textura) da voz, diferenças em termos de altura (mais agudo, mais grave), andamento (velocidade), duração, ritmo, dinâmica (intensidade, volume)... Nesses momentos, *algo se fala*. Obviamente, não faço ideia do que seja esse algo nem do que esteja causando tais mudanças na voz e no falar – mas sei que há *algo ali, naquele* momento. A partir daí, intervenho. Intervenções que partem, portanto, de um *não saber*: não sei com o que estou/estamos lidando. Percebe-se apenas que ali se abre uma possibilidade, um caminho (uma porta, uma janela, uma passagem) por onde se entrevê, como que de soslaio, a potência de algo. Não tenhamos pressa em querer visualizar ou “entender” esse algo.

O consulente se senta à minha frente e fala. Ouço. Essa voz que ouço, ela não é um veículo portador de sentidos à espera de serem decodificados, compreendidos, decifrados, interpretados: é – também – música. A possibilidade de ouvir a palavra falada como música é a possibilidade de ouvir um significante sem necessariamente atribuir-lhe significados específicos. Há diferentes modos de ouvir.

E, para além (ou aquém) do ouvir, *escuto*. Atento. É a importante diferença entre os termos latinos *audire* e *auscultare* (quando um médico faz uso do estetoscópio, ele não

1. Músico (pianista e compositor) e Gestalt-terapeuta. Tem graduação e pós-graduação em Música (Musikhochschule ‘Franz Liszt’ Weimar), mestrado em Educação e doutorado em Literatura (ambos pela UFSC), além de formação em Gestalt-Terapia (Instituto Müller-Granzotto, Florianópolis). Tem livros e CDs publicados, compôs trilhas para cinema, teatro e dança, música sinfônica e de câmara. Sua prática e seus estudos privilegiam a interdisciplinaridade, especialmente entre as áreas de artes, psicoterapia e filosofia.

“escuta” o coração ou os pulmões, ele *ausculta*: a audição do que é profundo, interno, oculto, íntimo). A escuta atenta nos coloca em modo de pertencimento junto àquilo que escutamos – o que fica mais evidente nos termos alemães *hören* (ouvir) e *gehören* (pertencer). Pertencemos ao que atentamente ouvimos; e obedecemos. *Audire* (ouvir) e *obaudire* (obedecer): a escuta atenta é também uma forma de “obediência”, pois, obedientemente, permito-me arrebatar, digo sim, deixo-me levar por aquilo que ouço. A qualquer momento, posso interromper essa obediência e ver para onde fui levado; mas, primeiro, é preciso deixar-me levar, sob o risco de não chegar a lugar algum (ou pior: ao invés de deixar-me ser conduzido, conduzir o consulente ao lugar-desejo do terapeuta). Desconheço o destino, mas me deixo levar: *empresto* meu corpo.

Heidegger, em seu seminário de 1943 sobre Heráclito (com o subtítulo “A origem do pensamento ocidental”), medita em certa passagem sobre o fragmento nº 50 do filósofo grego, assim traduzido pelo próprio Heidegger: “Se não ouvirem simplesmente a mim mas se tiverem auscultado (obedecendo-lhe, na obediência) o logos [λόγος], então é um saber (que consiste em) dizer igual o que diz o logos: tudo é um”. Eis alguns comentários de Heidegger sobre esse fragmento:

Fala-se de um “auscultar”, mais precisamente, de um ter-auscultado, a saber, o logos. (...) O logos é, pois, passível de escuta. (...) Mas que voz é essa? Uma voz não-sonora? Existe isso? Existe uma escuta para isso? (...) É a ausculta de alguma coisa para a qual, como se diz, somos “todos ouvidos”. (...) Como nasceria e como poderia nascer uma audiência e ausculta atenta se antes já não estivéssemos obedecendo àquilo que nos vem e nos pode vir ao encontro? (...) Como algo poderia nos alcançar num encontro caracterizado por uma remissão obediente se esse algo já não nos possui, se já não lhe pertencemos? Só haveria ausculta, audiência, obediência àquilo a que já pertencemos numa pertinência? [*hören / gehören*]. E numa pertinência que nada tem a ver com escravidão, já que a pertinência originária é o estar-aberto para o aberto, a própria liberdade? (...) A meditação sobre a escuta obediente deve, também, reconhecer que pertence à escuta propriamente dita a possibilidade que tem o homem de deixar de escutar a si mesmo e de, muitas vezes, passar por cima da escuta do essencial. Isso, porém, só é possível porque, enquanto aquele que obedece, o homem já pertence a outros, nunca pertencendo a si mesmo. (...) Não obstante o ruído gigantesco que o homem faz em sua superfície, podemos escutar o canto da terra. (HEIDEGGER, 1998, p. 256-259).

“A possibilidade de deixar de escutar a si mesmo”: abrir-se à escuta do outro, permitir-se pertencer/obedecer a essa fala estranha e estranhadora: dis-curso. Nós nos submetemos, assim, ao outro, ao mundo, a um *corpus* imprevisível. Confiamos o suficiente para nos demorar e alongar na imprevisibilidade, no não saber. Coabitamos a dúvida, a angústia, o vazio, deixando nossas hipóteses, certezas e teorias de lado, em suspenso. Não tentamos forçar isso que ouvimos a se encaixar naquelas gavetas convenientemente rotuladas e diligentemente organizadas em diagnóstico, tratamento, cura (clínicas como

a gestáltica e a psicanalítica atuam por outras vias que não o modelo médico, no qual se estabelecem diagnósticos precisos e se buscam os meios mais rápidos e eficientes para eliminar sofrimentos, doenças, transtornos. Mesmo esses nomes – sofrimentos, doenças, transtornos – são colocados em suspenso, ou, como aconselha Husserl, ao falar da atitude fenomenológica, entre parênteses).

Não convivemos bem com o “estranho” – nem no outro nem, muito menos, em nós mesmos. Sentimo-nos facilmente ameaçados pelo desconhecido (quem saberá o que se abriga nas sombras?). A experiência da escuta nos deixa expostos à estranheza, e o estranho (ou o estranhamento) passa a habitar o discurso. Passamos a estranhar até mesmo o habitual e os lugares comuns: na escuta atenta, abrimo-nos à possibilidade de que talvez as coisas não sejam o que sempre foram ou pareceram ser. Talvez tenham mudado; talvez nunca tenham sido como pensamos que fossem; talvez nós tenhamos mudado. Perspectivas. Não sei o que irei escutar – e, quando escuto, não sei exatamente o que é isso que estou ouvindo (nem o que “isso” “significa”).

Por longo tempo, a tradição musical clássica trabalhou apenas com determinados sons: aqueles que têm altura definida e recebem nomes específicos, tais como “dó”, “ré”, “mi” etc., enquanto os sons de altura indefinida entrariam na categoria de “ruídos”, sendo suprimidos das composições – e evitados ao máximo nas interpretações musicais (praticamente “ejetados” do sistema). Sons-ruídos, tais como o “barulho” do pedal do piano, a respiração do instrumentista, o eventual bater da madeira do arco no violino – todos esses ruídos seriam *indesejáveis* e, em uma gravação profissional, deveriam ser obrigatoriamente eliminados, apagados, banidos. Já algumas vertentes musicais do século xx começaram a incluir o ruído, chegando mesmo a abolir a diferenciação entre sons “musicais” e “não musicais”.

O compositor John Cage conta, em uma de suas conferências, da ocasião em que ele e outros amigos ouviam o também amigo e compositor Christian Wolff interpretar ao piano uma de suas novas obras: ao fim da execução, alguém teria pedido que Wolff tocasse novamente, mas com as janelas fechadas, pois ruídos provenientes da rua teriam atrapalhado a fruição da música:

Christian Wolff é um outro compositor que está mudando a música contemporânea. Eu me lembro de tê-lo ouvido tocar uma peça de piano sua que continha silêncios. Era um dia agradável e as janelas estavam abertas. Naturalmente, no decorrer da peça, ruídos de trânsito, sons de apitos de barco, crianças brincando no corredor, podiam-se ouvir todos, e alguns deles mais facilmente do que os sons que vinham do piano. De tal forma que um amigo, que estivera tentando com grande dificuldade ouvir a música, pediu, ao fim, se Christian podia tocá-la novamente depois que fechasse as janelas. Christian disse que de boa vontade tocaria a peça novamente, mas que não era urgentemente necessário, já que a peça tinha sido tocada e os sons que ocorreram acidentalmente enquanto ela estava sendo tocada não eram de

forma alguma uma interrupção. As janelas de sua música estavam abertas. (CAGE, 1985, p.101)

Ouvir sons e ruídos; sons como ruídos, ruídos como sons. Indistinção (não necessariamente indiferença). Suspender a diferenciação (mesmo que por um breve momento) e ouvir. O próprio Cage certa vez sugeriu, em tom de brincadeira: “*Happy new ears*”. Não suprimir nem rejeitar o que possa inicialmente parecer feio, errado, indigno, imoral, absurdo: apenas ouvir. Isso introduz o que poderíamos chamar de uma *ética da escuta* – lembrando que os antigos gregos conheciam dois significados distintos para o ético, diferenciados graficamente através do acento: *éthos*, que teria o sentido moral ao qual estamos habituados, e *êthos*, que diria respeito ao ato de dar abrigo a um viajante, acolher um desconhecido que estivesse de passagem. Ou seja: *acolher* o estranho (o Outro) – e poderíamos acrescentar: acolher o estranho que há em nós. Escutar (auscultar) o estranho e o estranhamento. Dar-lhe abrigo. Permitir que (se) fale.

Freud aponta para essa direção em seu ensaio *Das Unheimliche*, de 1919, geralmente traduzido em português como “O estranho”. Novas traduções sugerem, apropriadamente, o neologismo “infamiliar”², em vez de “estranho”: aquilo que foge ao habitual, ao caseiro, ao doméstico, ao “lar” (*Heim*: lar; *heimlich*: que pertence à casa; *un*: prefixo de negação). Freud fala do domínio daquilo que angustia e que, mesmo em se tratando de algo íntimo ou velho conhecido, causa estranheza, repulsa, quiçá até terror. É o lugar do suspeito, do inquietante, do sinistro, do demoníaco. Encontramos *Heim* também em *Geheimnis* (segredo): aquilo que está escondido, oculto, encoberto, dissimulado, que não se mostra, não se revela. Freud ilustra esse conceito com o conto *Der Sandmann* (“O homem da areia”/“O homem-areia”), de E. T. A. Hoffmann, escrito em 1815 – um dos mais brilhantes contos da literatura, em que o personagem central não consegue distinguir o que é real do que é sonho ou delírio: entra em cena a figura do duplo, muito em voga no Romantismo do século XIX.

Há diferenças entre o que ouvimos, o que pensamos ouvir, o que gostaríamos de ouvir, o que “realmente” ouvimos. Lembro-me de certa ocasião em que toquei o Concerto n.º 1 de Brahms em sala de aula para meu professor de piano na Alemanha. Eu havia estudado muitíssimo e estava orgulhoso do resultado alcançado, mas o professor estava insatisfeito e, durante duas horas, ficou apontando sonoridades que, segundo ele, não estavam boas. Finalmente, exausto e desapontado, reclamei que não podia estar tão ruim como ele afirmava, ao que ele disse: “Alberto, imagino que dentro da sua cabeça esteja soando maravilhoso; mas o que está vindo aqui para fora não está”. Chegando depois em casa, toquei e me gravei e tive que admitir, a contragosto: ele estava certo. Não que, em música, haja um “jeito certo” de se tocar: não existe algo como “interpretação definitiva”, “correta”,

2. Remeto à edição bilingue e comentada, traduzida por Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares: FREUD, Sigmund. *O infamiliar e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

“ideal”; a questão é apenas a limitação de nossa percepção – de onde a importância de podermos contar com a percepção do outro em relação a nós.

A escuta clínica não é (ou não deveria ser) a busca do que se quer ouvir, muito menos do que se deveria dizer; se, de antemão, estou preparado para ouvir algo específico – ouvir no sentido de detectar –, predisponho-me a encontrar apenas o objeto de minha busca (algo a que Jung se referia como *Monotonie der Deutung*: monotonia da interpretação). Isso ocorre, por exemplo, quando nos tornamos reféns de uma terminologia/nomenclatura teórica e a aplicamos a tudo, mesmo onde e quando ela não se aplica. Por mais profunda e abrangente que possa ser esta ou aquela abordagem terapêutica, nenhuma dará conta da infinita variedade e complexidade com que nos deparamos no dia a dia da clínica. A teoria (seja ela qual for) é fundamental – mas igualmente fundamental é não ficarmos aprisionados nela e por ela. Não podemos perder a capacidade de nos surpreender, de nos admirar, de *não entender* (e de não nos defendermos desse não entender empurrando à força, goela abaixo, teorias e sistemas, tentando fazer a vida caber na teoria, ao invés de fazer a teoria se adaptar à vida). É nesse sentido que saliento a importância da escuta ética: abrir-se à escuta do não-eu, inclusive do radicalmente não-eu. Permitir que esse não-eu repouse em si mesmo: não imaginar imediatamente “destinos” para essa alteridade (radical ou não), com o que se estaria violando, *colonizando* o outro, tentando transformá-lo em “eu” ou similar, encaixá-lo à força em um *projeto*.

Certos modelos clínicos em terapia conduzem a lugares determinados – não necessariamente lugares de “cura”, de “certo” ou de “adequado”, mas modelos em que se opta por uma condução (sugestão, “orientação”). Muitas vezes, o próprio consulente é quem traz o pedido de ser levado a um desses lugares, e o terapeuta é “convidado” (induzido) a assumir o papel de quem conheceria tais lugares, bem como o caminho mais curto, rápido e seguro para se chegar até eles. Talvez aqui eu ficasse com a personagem GH, de Clarice Lispector:

É difícil perder-se. É tão difícil que provavelmente arrumarei depressa um modo de me achar, mesmo que achar-me seja de novo a mentira do que vivo. Até agora achar-me era já ter uma ideia de pessoa e nela me engastar: nessa pessoa organizada eu me encarnava, e nem mesmo sentia o grande esforço de construção que era viver. (...) Se tiver coragem, eu me deixarei continuar perdida (LISPECTOR, 1996, p. 10).

É sempre uma tentação nos agarrarmos ao conhecido, ao seguro. Mas como podemos estar atentos e, ao mesmo tempo, “perdidos”? A assim chamada *escuta flutuante* ou *atenção flutuante*, tão importante na clínica, leva a que não nos concentremos demasiadamente em cada palavra dita, com o que perderíamos o senso do todo e correríamos o risco de deixar de fluir junto ao consulente, apegando-nos a determinados elementos do discurso em detrimento de outros (de forma que estaríamos – nós, não o consulente – selecionando, hierarquizando e definindo o que é importante e o que não é).

O Zen-budismo, por exemplo, fala em *atenção difusa*: o espadachim Zen é aconselhado a manter sua mente em *estado de fluxo* durante um duelo, não se fixando em nada, pois o fixar-se num ponto em especial interromperia a percepção do todo, podendo levar o esgrimista – que se deixaria “hipnotizar” por algum detalhe, mesmo que por uma fração de segundo – à morte. Roland Barthes (2003, p. 203-206), citando experiências de Baudelaire com alucinógenos (ópio e haxixe), fala em expressões como *consciência aguda do difuso* ou *consciência de bruma*, em que se sobressaem a sinestesia (perda da especificidade de cada sentido) e a sensação de pertencimento a uma totalidade indiferenciada.

No contexto da Gestalt-terapia, falamos com frequência no termo *awareness* – palavra sem tradução específica em português. Em inglês, *awareness* tem o sentido de “estar consciente de”, “ter a percepção/consciência de” (na literatura fenomenológica é possível fazer uma correspondência entre a noção de *awareness* e a de *consciência perceptiva*). Trata-se da apreensão e da experiência de uma totalidade, de um todo indefinido: uma percepção não verbal do que está ocorrendo aqui e agora, mescla difusa entre saber e estar.

Nesse tipo de experiência, os sentidos se mesclam: podemos ter a visão como palpação pelo olhar, o tato como visão pelas mãos – reversibilidade (tema por excelência de Merleu-Ponty em seu imprescindível *Fenomenologia da Percepção*, de 1945). Não escuto “para ouvir”, não olho “para ver”: a apreensão de um todo não é uma relação de causa e efeito. O “desejo de compreender”, algo quase da ordem do fetiche no campo analítico, produz muitas vezes efeito contrário: cega. Para muitos, o desejo de compreensão – ou desejo de verdade, de clareza – seria uma herança da filosofia grega e uma peculiaridade fundamental disso que denominamos “cultura ocidental”. Cito a seguir um trecho de uma conferência sobre Zen-Budismo e psicanálise³, de 1957, na qual Daisetz Suzuki aponta para algumas diferenças entre o que seria “o pensamento oriental” e “o pensamento ocidental”, trazendo como exemplo dois poemas – um de Bashô (1644-1694) e um de Tennyson (1809-1892) – sobre um mesmo tema: a observação e apreciação de uma flor.

Quando olho atentamente

Vejo florir a *nazuna*

Ao pé da sebe

Bashô

Flor no muro fendilhado,

Eu te arranco das fendas;

Seguro-te aqui, com raiz e tudo, em minha mão,

3. Cf.: FROMM, Erich; SUZUKI, Daisetz. *Zen-budismo e Psicanálise*. São Paulo: Cultrix, 1989, p. 9-19.

Pequena flor – mas se eu pudesse compreender
O que és, com raiz e tudo, e tudo em tudo,
Eu conheceria o que são Deus e o homem.
Tennyson

Segundo Suzuki, o poema de Tennyson representaria uma característica bem ocidental: o apelo à compreensão. A flor é arrancada, analisada, dissecada – e, mesmo assim, o olhar não se contenta, quer mais: almeja chegar, através da flor e a partir dela, à compreensão do transcendental, da essência, de Deus. Já Bashô não colhe a flor: limita-se a olhá-la, permitindo que o olhar apenas repouse na flor e que a flor repouse nela mesma, em um espírito quase de contemplação. Em Tennyson, o olhar *usa* a imagem como trampolim para algo outro; em Bashô, repousa na imanência.

Tais comparações tendem a estereótipos e a generalizações reducionistas, cito-as apenas no intuito de identificar duas possíveis atitudes frente a um objeto, duas formas de olhar para algo: uma mais “analítica” e outra mais “contemplativa”. Obviamente, o terapeuta não se limitará a ficar em estado contemplativo – mas seria talvez problemático se sua ação (análise, intervenção etc.) não fosse precedida por algum tipo ou grau de contemplação.

Em um primeiro momento, *contemplar* parece nos remeter à visão: abrir os olhos, ver, enxergar, entregar-se à imagem. Mas *ter uma visão* não é necessariamente algo que se revela aos olhos; trata-se, antes, de um abrir-se a uma experiência, de *pertencer* a uma experiência. Os olhos contemplam, os ouvidos contemplam, o tato contempla, também olfato e paladar contemplam. Trata-se de um modo de conhecer que não precisa de esforço para ir ao encontro de seu objeto, porque já nele descansa, nele (re)pousa (PIEPER, 2020, p. 168).

A cultura dita “ocidental” tem grande dificuldade em aceitar um tipo de atividade que, mais que atividade, mostra-se como *passividade* – ou ao menos é o que parece ser, em um primeiro momento, a contemplação, já que esta não exige (aparentemente) nenhum esforço. Qual seria, então, o *valor* de uma atividade desse tipo? De uma atividade, por assim dizer, “gratuita”? Desconfiamos da gratuidade, que se contrapõe ao modelo instituído e louvado do *trabalho*. Estamos acostumados ao *esforço* do trabalho, e tudo que não entre no *modo de trabalho* – cujos símbolo e meta são a *produção* – parece conduzir a categorias como inútil, supérfluo, luxo, ócio, lazer.⁴ Vivemos em uma cultura na qual produções que não exijam “esforço” e “trabalho” tendem a ter um valor menor, eventualmente valor algum – ou, ainda: valor desprezível. Tendemos a supervalorizar o que é fruto do esforço, da dificuldade, do trabalho, do *merecimento* (há que se “trabalhar pelo pão nosso de cada dia”).

Nossa sociedade vem se destacando cada vez mais como uma sociedade laboral,

4. Sobre esse tema, remeto ao clássico *A ética protestante e o espírito do Capitalismo*, de Max Weber.

cujos valores maiores se baseiam em atividade, produção e desempenho. Como nada parece ser suficiente em relação a desempenho (sempre se pode – logo, “se deve” – produzir mais, ser mais, ser melhor, superar, superar-se), passamos inadvertidamente da atividade à hiperatividade. Como bem aponta Byung-Chul Han (2017), no neoliberalismo o indivíduo se tornou seu próprio senhor: cada um carrega consigo seu próprio campo de trabalho (para casa, nos finais de semana, no celular – o trabalho não respeita limites de tempo nem de espaço), e, assim, acabamos explorando a nós mesmos: na dialética do senhor e do escravo, viramos escravos de nós mesmos, em uma constante e crescente autoexploração.

Ao mesmo tempo, a modernidade supervalorizou atividades como medicina e engenharia (“úteis”) e desvalorizou atividades como filosofia e arte (“inúteis”). No universo do utilitarismo, um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca vale mais que um poema, uma chave de fenda vale mais que um quadro; é fácil compreender a eficácia de um utensílio, mais difícil é compreender para que podem servir a música, a literatura ou a arte (NUCCIO, 2016, p. 12). No caso específico da arte, é notória a maneira como tem sido empurrada, nestes últimos anos, cada vez mais para o lugar do *lazer* e do *entretenimento*, além de reduzida a “eventos culturais” (embalados e prontos para o rápido consumo). Sintomático.

Temas como trabalho, produção, utilitarismo, atividade e hiperatividade trazem de volta e atualizam uma discussão bastante antiga: o equilíbrio entre a *vita activa* e a *vita contemplativa*. A vida atual, acelerada e ativa ao extremo, praticamente não deixa espaço (e tempo) para o contemplativo. Pior: os momentos contemplativos são percebidos como falta e culpa: eu poderia estar trabalhando e produzindo, mas, ao invés disso, estou *fazendo nada*. Confundimos *ação* com *operação*, *fazer* com *afazer*: estar atarefado não significa ser/estar ativo, do mesmo modo que o contemplativo não é sinônimo de inatividade. No aforismo 283 de *Humano, demasiadamente humano*, denominado “A principal carência do homem ativo”, Nietzsche escreve: “Aos ativos falta usualmente a atividade superior (...), e nesse sentido são preguiçosos” (NIETZSCHE, 1999, p.231). Inquietos e hiperativos, deixamos de mergulhar nas coisas: não apenas ficamos na superfície, estamos também sempre cansados, fatigados, estressados, deprimidos. A *vita activa* foi degradada de forma injusta à mera agitação, à negação do ócio em sua forma de *negócio* (*nec-otium*). Muitas vezes, o que parece ser atividade nada mais é que pura agitação nervosa.

É nesse sentido que ressalto aqui a importância do aspecto contemplativo no âmbito da escuta clínica: uma aparente passividade, que, no entanto, nada tem de passiva. Para ilustrar esse fato, trago a seguir um caso clínico registrado por um médico japonês, o doutor Tadashi Matsuo, em seu livro *Emudecimento e autismo: terapêutica fenomenológica do esquizofrênico*⁵. O paciente T. já fora atendido duas vezes em diferentes hospitais e, quando

5. Cf.: MATSUO, Tadashi. *Chinmoku to jihei, bunretsubyôsha no genshógakuteki chiriyôron*. Tóquio: 1987, citado em:

finalmente foi encaminhado ao doutor Matsuo, encontrava-se fisicamente muito tenso, sem dizer uma palavra durante os períodos de autismo, resumindo-se a ficar deitado na cama, todo duro, olhando para o teto. Matsuo (M.) falava-lhe sem obter nenhuma resposta, não lhe restando outra alternativa senão sentar-se ao seu lado e tentar prolongar o tempo de sua permanência com o paciente. M. podia sentir nitidamente, dada a atmosfera tensa e carregada emanada por T., que sua presença era rejeitada por ele. O silêncio era quase insuportável (silêncio posteriormente denominado por Matsuo de “Silêncio I”).

Com o passar do tempo, M. começou a perceber que, quando não tentava fazer T. falar, não o fitava diretamente nem lhe dedicava atenção especial, simplesmente se limitando a ficar ali, então era tolerado mais facilmente por T., ficando o ar menos carregado e o “clima” entre os dois, menos tenso. Percebendo isso, M. começou a ficar mais tempo com T., esforçando-se por não mostrar nenhuma intenção específica em relação ao paciente. Gradualmente, deu-se uma mudança considerável entre os dois: T. passou a se mostrar menos rígido na presença de M., e este pôde, ao mesmo tempo, permanecer com T. mais de uma hora por dia. Esse período de tempo foi se estendendo com o passar dos dias, e M. ficava cada vez menos preocupado com T. e mesmo consigo mesmo: sentava-se simplesmente ao lado do outro, às vezes até adormecendo – e observando ao despertar que, enquanto isso, T. também cochilava ou observava o teto (esse novo silêncio que passou a haver entre os dois foi denominado por M. de “Silêncio II”).

Após o primeiro mês, o período em que estavam juntos chegou a se prologar por até três ou mesmo quatro horas diárias. Após cinquenta dias, finalmente T. se sentou na beira da cama, olhou com um leve sorriso para M. e indicou, por meio de gestos, que comessem juntos uma laranja. Após dois meses, M. sugeriu que dessem uma volta pelo pátio do hospital; depois do passeio, T. se sentou na cama completamente relaxado e sorriu para M. Os dias em que conseguiam passear, sentar-se num banco ou apenas comer juntos foram se multiplicando. Esse novo silêncio entre os dois era completamente distinto do silêncio inicial: M. não mais sentia o silêncio de T. como uma rejeição, mas como ligação entre os dois, o que era reforçado pelas refeições que compartilhavam.

Após cinco meses, foi feita a tentativa de que T. dormisse na casa dos pais, experiência que se mostrou um fracasso. Inseguro com a situação, M. tentou forçar T. a falar sobre o assunto, encurtando, assim, os longos silêncios e tendo como efeito que T. regressasse ao estado inicial. No sétimo mês, o silêncio tranquilo entre ambos havia novamente se instaurado. Pouco a pouco, esse *estar-com-no-silêncio* (ou essa *co-presença-no-calar*, como descreve Matsuo) tornou-se tão óbvio e natural que, durante os passeios e refeições, M. se sentia confiante e relaxado, não mais falando com T. na qualidade de médico para paciente. Poucos meses depois, T. conseguiu passar a pernoitar esporadicamente na casa dos pais e mesmo a dividir o quarto do hospital com outros pacientes, saindo definitivamente

do hospital após um ano e meio (hoje vive como pescador).

Nas palavras de Matsuo, o processo se deu no “poder deixar-se permanecer ali desinteressadamente”, chamando a esse silêncio de *silêncio não-objetual e desinteressado*. A diferença, ainda segundo ele, situa-se principalmente no nível da intenção e da não-intenção: no *querer-algo-com* (Silêncio I) em contraposição a um *deixar-ser* (Silêncio II). Ele resume a direção de sua terapia silenciosa da seguinte forma: “que o terapeuta enfraqueça a relação direta tanto quanto possível, de forma a permitir que a intersubjetividade passiva propriamente dita possa ser restaurada entre paciente e médico” (MATSUO *apud* YAMAGUCHI, 1997, p.68).

Trata-se de uma escuta interessada e ao mesmo tempo “desinteressada”: deixar ser, ouvir sem demandar. Uma escuta ativa, mas uma atividade que *repousa*. Silenciosa. Silenciosa não porque muda (*silere* e *tacere*: a diferença entre silenciar e calar), mas porque deixa ser, permite ser: não força, não violenta. Uma escuta não coercitiva. Ao invés do modelo segundo o qual um sujeito fala e o outro escuta, forma-se, de acordo com Matsuo (ecoando Husserl e a fenomenologia), uma *intersubjetividade passiva*. Em tal “passividade”, abre-se mão de algo: do querer. Não escuto “porque quero entender”, não escuto “porque quero ajudar/curar/tratar”; se, em minha escuta, perduram tais querereres, o silêncio se torna demandante: ao invés de se configurar enquanto silêncio de *espera*, vira um silêncio de *expectativa*.

Expectar é aguardar *por alguma coisa*; quem expecta tem uma meta, um fim, uma crença em vias de ser ou não confirmada (a expectativa se prende de maneira ansiosa a um objeto). É diferente da espera, na qual o tempo não se liga a objetos específicos e se abre ao campo, à potência do aqui-agora. Modos diversos de viver o tempo: tempo contemplativo (espera), tempo engajado num projeto (expectativa). Na escuta contemplativa, o tempo é mais lento, não tem pressa (um tempo que não “quer” ir para este ou aquele lugar: apenas flui, flutuante). Tempo do fazer, não do afazer. Tempo que fazemos: *somos* esse tempo, essa qualidade de tempo, esse *modo temporal*. Santo Agostinho: “Não houve tempo nenhum em que não fizésseis alguma coisa, pois fazíeis o próprio tempo” (AGOSTINHO, 1998, p. 278).

Tempo. É preciso certo tempo para a escuta de um relato, assim como para a escuta de uma melodia: tempo para apreciar da primeira à última palavra, tempo para ouvir da primeira à última nota. Mas isso não quer dizer que o relato e a melodia ocorram *no* tempo: elas *são* tempo (Einstein dizia que não estamos *no* espaço: *somos* espaço). O aspecto temporal do relato não se deve a que ele ocorra no tempo ou que precise de tempo para sua realização: ele é temporal porque temporalmente constituído. Ser-tempo. A escuta é uma qualidade de presença, um *modo de presença*. Estar presente, presencialidade. Essa qualidade de presença pode ser criada, invocada, instaurada através da escuta atenta, uma escuta que transforma o modo desse agora – o agora como *criação*. A percepção do tempo,

a percepção do estar-sendo, a percepção do agora: percepção não como passividade, mas como ato criador. A escuta é uma criação.

Esse *agora* da clínica e da escuta, que percepção é essa? O sujeito (consulente, paciente ou o termo que se queira dar) se encontra à minha frente e (me) fala: seus movimentos – rosto, tronco, mãos, pés – formam uma dança: pequenos gestos ora efusivos, ora controlados, ora espontâneos, ora interrompidos. Mesmo as interrupções fazem parte dessa dança: são expressivas. Claro, não se trata de uma dança em sentido tradicional, mas, ainda assim, uma dança. O sujeito suspira e olha pela janela; percebo a luminosidade que por ela entra e o espaço à nossa volta: misturam-se figura e fundo – descortina-se à minha frente o que poderia ser um quadro, um desenho, uma pintura. De repente, faz-se silêncio, ouve-se o que até então tinha permanecido como fundo inaudível ou irrelevante: a cortina sendo movida pela brisa, o canto ocasional de algum pássaro, os ruídos vindos da rua. Desse fundo, irrompe novamente a voz do sujeito. Sons e silêncios dialogam, ausências e presenças se alternam. Há também cheiros, que perpassam minhas narinas e meus lábios, condensam-se sobre minha língua e se transformam em gosto: saboreio e absorvo seu perfume. Estou ali, com todos os meus sentidos, fazendo parte da dança, do quadro, da música, da cena.

Sentidos que se entrelaçam, reversíveis: tateio com os olhos, ouço com o corpo, vejo com os ouvidos. Não se trata de metáfora nem de expressão poética, mas de uma experiência muito própria (apropriadora, apropriante): criamos, ao mesmo tempo que algo em nós *se cria*. Mas como falar em criação se isso que em mim se forma surge quase como uma passividade? É difícil pensar em criação sem cair em armadilhas semânticas e lógicas discursivas nas quais quem cria, cria alguma coisa – e a partir de onde se infere a existência de um sujeito que faz algo (sujeito, verbo, predicado, objeto, causalidade, passado, futuro, linha temporal etc.). Na experiência acima descrita, diluem-se os sujeitos, diluem-se os espaços e as temporalidades, (con)fundem-se atividade e passividade: experiência de campo.

Escuta: algo comumente associado ao campo sonoro, à esfera do acústico. Diz-se também da música: uma arte ligada aos sons – a “arte dos sons”. Perguntaram certa vez ao compositor italiano Luciano Berio o que este entendia por música. “Sinto-me tentado a responder que a música é a arte dos sons”, disse Berio, “mas correria o risco de me perguntarem o que é arte e então seria pior” (BERIO, 1981, p.5). Pensar-se-ia que o artista, melhor que ninguém, seria capaz de responder acerca da arte. Ele até pode formular várias ideias e chegar a algum conceito, mas a verdade é que, no fundo, permanece um mistério o que faz a arte ser arte. O artista não lida com “arte” (sabe-se lá o que é arte), lida com o *vazio* – e neste campo não há segurança alguma: por mais experiente que seja o profissional, por maiores que sejam sua técnica e seu conhecimento, a cada nova obra se dá um novo processo, e o artista se depara com um novo *vazio*, uma nova angústia, um

novo não saber. Ouvir esse não saber, permitir-se permanecer na presença do não saber, até o momento em que algo começa a surgir, a adquirir forma.

Escuta:

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. *Confissões*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BARTHES, Roland. *O Neutro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BERIO, Luciano. *Entrevista sobre a música contemporânea – realizada por Rossana Dalmonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

CAGE, John. Conferência na Juilliard. *In: De segunda a um ano*. São Paulo: Hucitec, 1985.

FREUD, Sigmund. *O infamiliar e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FROMM, Erich; SUZUKI, Daisetz. *Zen-budismo e Psicanálise*. São Paulo: Cultrix, 1989.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HEIDEGGER, Martin. *Heráclito – a origem do pensamento ocidental: lógica: a doutrina heraclítica do logos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão Segundo GH*. Edição crítica por Benedito Nunes. São Paulo: ALLCA XX, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. *Menschliches, Allzumenschliches [Humano, demasiadamente humano]*. Kritische Studienausgabe. Munique: dtv, 1999.

ORDINE, Nuccio. *A utilidade do inútil: um manifesto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PIEPER, Josef. *Ruhen, beruhen. In: Ócio e contemplação: ócio e culto, felicidade e contemplação*. Campinas: Kírion, 2020.

YAMAGUCHI, Ichiro. *Ki als leibhaftige Vernunft*. Munique: Eugen Fink Verlag, 1997.



Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br